

---

# O ESPECTRO DA FOME: SE METADE DA HUMANIDADE NÃO DORME, É POR MEDO DA OUTRA METADE QUE NÃO COME. <sup>1</sup>

Ensaio sobre a obra: **Geografia da fome** - o dilema brasileiro: pão ou  
aço, de Josué de Castro.

Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão<sup>2</sup>

luciano.abrao@cesuc.br

**Resumo:** Este ensaio tem por objetivo a realização de uma concisa análise da obra, *Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço* que foi publicada em primeira edição no ano de 1946 logo após o mundo conhecer as desgraças da última grande guerra mundial. Livro clássico do Professor Josué de Castro Nela o autor realiza uma análise do espectro da fome investigando este fenômeno terrível nos quinze anos que precederam a sua publicação. Castro retrata os reflexos da fome em um Brasil subdesenvolvido que apresentava à época uma economia tipicamente colonial na qual se destacava o café e outros minguados produtos primários para exportação, e, nesse sentido, afirmava que fome e subdesenvolvimento são, na realidade, a mesma coisa.

**Palavras-chave:** Josué de Castro. Fome. Desigualdades sociais. Geografia humana.

**Riassunto:** Questo saggio si propone di fare un'analisi sintetica del lavoro, la geografia della fame, il dilemma brasiliano: pane o acciaio che è stata pubblicata in prima edizione nel 1946 dopo che il mondo conosce i mali della ultima grande guerra mondiale. Classico libro dal professor Josué de Castro In esso l'autore presenta un'analisi dello spettro della fame indagare questo fenomeno terribile nei quindici anni prima della sua pubblicazione. Castro racconta le conseguenze della fame in Brasile di un sottosviluppato nel momento in cui aveva un tipo di economia coloniale, che ha evidenziato la scarsa caffè e altri prodotti per l'esportazione, e in questo senso, egli ha sostenuto che la fame e sottosviluppo sono effettivamente le stesse cosa.

**Parole-chiave:** Josué de Castro. Fame. Disuguaglianze sociali. Geografia Umana.

---

<sup>1</sup> O título é uma alusão à frase original de Josué de Castro: “Enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come.”

<sup>2</sup> Mestrando em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG/CAC; Especialista em Educação: Docência Universitária pela Universidade Católica de Goiás - UCG; Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC-GO; Advogado inscrito na OAB-GO; Professor de Direito Constitucional do Curso de bacharelado em Direito do CESUC-GO.

Era inverno no Nordeste brasileiro, dia 05 de setembro de 1908, e, na casa número um da Rua Joaquim Nabuco em Recife nascia Josué Apolônio de Castro, Professor, Geógrafo, Médico, Sociólogo e Político. Um revolucionário que foi indicado três vezes para o prêmio Nobel: concorreu para o Nobel de Medicina em 1954, e nos anos de 1963 e 1970, ao Nobel da Paz.

Apesar de ter iniciado seus estudos em Medicina na Bahia, graduou-se no Rio de Janeiro em 1929 retornando a Pernambuco para clinicar e prestar serviços médicos em uma fábrica. Nela encontra parte dos subsídios para, em 1932, realizar o *Inquérito sobre as condições de vida das classes operárias do Recife*, primeiro do gênero no Brasil e, ponto de partida para suas profícuas investigações científicas sobre os efeitos das desigualdades sociais no Brasil e no Mundo. Dentre as suas principais obras se encontram os clássicos: *Geopolítica da fome* e *Geografia da fome*, este publicado em primeira edição no ano de 1946. Alguns de seus livros foram publicados em 25 idiomas.

De 1952 a 1956 ocupou o cargo de Presidente do Conselho Executivo da *Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação* FAO/ONU, e, em 1962 foi nomeado Embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas – ONU.

No entanto, sua obra e sua vida dedicada ao combate político e científico às injustiças sociais lhe renderam a ira da ditadura militar, que, após o golpe de 1964, o destituiu do cargo de Embaixador, cassou seus direitos políticos e o impediu de voltar ao Brasil.

Exilado na França, além de continuar suas atividades intelectuais, fundou e dirigiu o *Centro Internacional para o Desenvolvimento*, e, exerceu o cargo de *Presidente da Associação Médica Internacional para o Estudo das Condições de Vida e Saúde*. No entanto, longe do Brasil reclamava da vida depressiva em uma terra que não era a sua, a ponto de afirmar que as pessoas não morriam somente de doenças, morriam também de saudade. Josué de Castro não conseguiu voltar vivo ao Brasil, e, *vitimado por um dos maiores crimes cometidos pela ditadura militar* faleceu em Paris no dia 24 de setembro de 1973 quando aguardava o passaporte que o traria de volta.

A obra em exame, *Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço* foi publicada em primeira edição no ano de 1946 logo após o mundo conhecer as desgraças da última grande guerra mundial. O dilema do pão (uma opção de política econômica apoiada mais no desenvolvimento humano), ou o dilema do aço (uma economia ancorada mais no desenvolvimento industrial), se

apresentam como fio condutor desta rica pesquisa científica.

Nela o autor realiza uma análise do espectro da fome investigando este fenômeno terrível nos quinze anos que precederam a sua publicação. Castro retrata os reflexos da fome em um Brasil subdesenvolvido que apresentava à época uma economia tipicamente colonial na qual se destacava o café e outros minguados produtos primários para exportação, e, nesse sentido, afirmava que fome e subdesenvolvimento são, na realidade, a mesma coisa.

A tese foi sofrendo pequenas atualizações em suas sucessivas edições. Entretanto nos anos 1960 no sentido de adequá-la à realidade econômica do Brasil de então, o autor,

reconhecendo que o país estava mudando o eixo de sua economia e, se industrializando em um ritmo acelerado, realizou alterações na estrutura da tese para que esta não perdesse a essência interpretativa da realidade econômico-social do Brasil.

Nessa direção, Castro pretendia por intermédio de seu profícuo estudo demonstrar “[...] até que ponto o progresso econômico realizado tem sido favorável e até que ponto tem ele fracassado no sentido de melhorar as condições de

alimentação do nosso povo – alargando a negras manchas de miséria de nossa geografia da fome” (p. 49). Outro objetivo do autor era o de, com uma revisão mais profunda da obra, contribuir “[...] na reformulação de nossa política econômica ainda bem incipiente em seus métodos de ação” (p. 49).

Na introdução, o autor alerta para o fato de as pessoas à época relacionarem o flagelo da fome somente aos horrores das guerras e às imagens de pessoas esqueléticas e famintas vindas principalmente do

continente asiático com sua superpopulação, suas massas de miseráveis. Afirmava que as imagens do noticiário dos jornais induzia as pessoas leigas a um conhecimento superficial da fome como um calamitoso fenômeno

social ao reduzirem-no a duas grandes regiões geográficas: “o Oriente exótico e a Europa devastada pela Grande Guerra”.

Castro apresenta a fome coletiva como um fenômeno social generalizado, geograficamente universal, distribuído por todos os continentes do planeta, atingindo inclusive o nosso que já fora chamado de a terra da abundância para onde milhões de europeus imigraram para fugir da pobreza.

Nesse sentido, apesar de a obra abordar os reflexos da fome no Brasil, o autor deixa claro que o objeto de sua

*Castro apresenta a fome coletiva como um fenômeno social generalizado, geograficamente universal, distribuído por todos os continentes do planeta, atingindo inclusive o nosso que já fora chamado de a terra da abundância para onde milhões de europeus imigraram para fugir da pobreza.*

pesquisa é bem mais amplo: “Pretendemos realizar o estudo das diferentes áreas de fome no mundo, iniciando-o com o estudo da fome no Brasil, nosso campo de experiência direta” (p. 58).

Para tanto, assevera que os inquéritos sociais têm demonstrado que a alimentação do brasileiro além de precária em qualidades nutritivas apresenta, “[...] nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos” (p. 58). Alega que o problema se apresenta de forma mais grave em certas regiões que vivem em estado de fome crônica, do que em outras, onde a população é subnutrida.

No entanto, conclui que as causas dessa alimentação defeituosa se devem mais a fatores socioculturais do que aos de natureza geográfica, pois em um país de extensão continental “[...] e com sua infinita variedade de quadros climato-botânicos, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano” (p. 58).

O autor enfatiza as diferenças de solo, clima e de culturas há séculos espalhadas pelo território brasileiro como fatores impeditivos à constituição de apenas uma área geográfica alimentar, e, nesse sentido, afirma que o país possuía cinco áreas alimentares distintas, com dieta própria baseada em produtos regionais, com recursos típicos “[...] e com seus efetivos

humanos refletindo, em muitas de suas características, tanto somáticas como psíquicas, tanto biológicas como culturais, a influência marcante de seus tipos de dieta” (p. 58 – 59).

Nessa direção, divide o mapa da fome do Brasil em duas áreas. *Área de fome*: na qual o estado de nutrição de pelo menos metade da população é manifestamente carente, e, que por sua vez se subdivide em *Áreas de fome endêmica*, quando sua manifestação é permanente (Área Amazônica e Área do Nordeste Açucareiro) e; *Áreas de epidemia de fome*, quando sua manifestação é transitória (Área do Sertão Nordestino).

O restante do Brasil ele classifica como *Área de Subnutrição* (Área do Centro-Oeste e Área do Extremo Sul), sob a alegação de que nestas Regiões, “[...] embora os hábitos alimentares estejam longe de ser perfeitos, não se apresentam, contudo, deficiências alimentares tão pronunciadas, a ponto de arrastarem a maioria da coletividade aos estados de fome” (p. 60).

Castro, numa visão à época predominante, ao discorrer sobre as *Áreas de fome endêmica* afirma que, até certo ponto, a fome na região Amazônica seria justificada, “[...] pela luta desigual entre o homem desarmado e as forças extremamente agressivas do meio geográfico pobre em recursos alimentares”, e, nesse sentido, afirma que em tal região a

fome “[...] decorre principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos” (p. 114).

Quanto ao Nordeste (Açucareiro) a manifestação do fenômeno da fome seria para ele algo chocante por não poder ser explicado por razões naturais, pois nesta região “As condições tanto do solo quanto do clima regionais, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares” (p. 114).

Nessa direção, o autor aponta o plantio da cana de açúcar como uma maneira de esgotar a fertilidade do solo e denuncia: “Contudo mais destrutiva do que esta ação direta da cana sobre o solo é a sua ação indireta, através do sistema de exploração da terra que a economia açucareira impõe: exploração monocultora e latifundiária” (p. 116). Afirma ainda que a monocultura da cana destruiu florestas, escravizou os homens e a terra, e, ao lado dos lucros dos senhores de engenho foi um dos principais fatores promotores da fome na região.

No entanto, ressalta a monocultura e o latifúndio como fatores de insegurança alimentar, e, não a cana de açúcar em si. Lembra da miséria física e moral imposta pelos coronéis nas áreas de plantio do cacau. “Este regime agrícola monocultor e latifundiário arrasta as populações locais a um nível de vida terrivelmente baixo” (p. 172).

Reconhece que, apesar de as duas culturas apresentarem diferenças em seu mecanismo de estruturação, guardam cruéis semelhanças no que diz respeito à manutenção das condições de fome e das desigualdades sociais na região:

A área do cacau é sociologicamente, uma área de açúcar despida daqueles arranjos acomodativos que o patriarcalismo criou no Nordeste, daquele sossego aparente da doce vida dos engenhos, deixando-se arrastar, no ímpeto dos seus desenfreados interesses mercantilistas, aos graves extremos da miséria física e moral. É mais uma zona de fome, alimentada pela fictícia riqueza do cacau (p. 173).

Nessa correlação monocultura/miséria/fome, o autor destaca que houve resistência, e, nesse sentido aponta a oposição do negro à monocultura como mais produtiva que a do índio, pois este povo de origem africana, apesar de ter sido brutalmente seqüestrado não perdeu o amor à terra, e, trouxe consigo a tradição da agricultura de subsistência.

Desobedecendo às ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas deferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região (p.133).

Apesar de vencidas por um inimigo poderoso, que nos dias atuais ainda exhibe sua força devastadora por meio do agrogêncio, outras pessoas resistiram ao poder

do latifúndio no Brasil, e, Castro não deixou de registrar: “No Brasil, a resistência dos índios abstencionistas e dos negros rebeldes dos quilombos, e mesmo dos colonos brancos e mestiços mais pobres desprovidos de terras, não deu para vencer a força opressiva do latifundiarismo” (p. 135).

Quando aborda as *epidemias de fome* no Sertão Nordestino, descreve um fenômeno inteiramente diferente de sua manifestação endêmica na Amazônia e no Nordeste Açucareiro. “Não mais a fome atuando de maneira permanente, condicionada pelos hábitos da vida cotidiana, mas apresentando-se episodicamente em surtos epidêmicos” (p. 175).

Nesse sentido, relata epidemias agudas de fome relacionadas aos períodos de seca (intercaladas por épocas de fartura) em um quadro calamitoso que atinge indistintamente a todas as pessoas da região. “São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda [...]” (p. 175).

Apesar disso, Castro, fazendo referência a Aloísio Campos, alerta para ao fato de o combate à seca e seus efeitos não resolver, por si só, o problema da fome no Nordeste, pois considera realmente

necessária a “[...] luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região” (p. 261), e nessa direção, responsabiliza a arcaica estrutura agrária da região, para ele, responsável pelo sistema de fatores negativos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas.

Para o autor, na luta contra a fome no Nordeste “Todas as medidas e iniciativas não passarão de paliativos [...], enquanto não se proceder a uma reforma agrária racional que liberte as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades” (p. 261).

Nesse sentido, explicita uma verdade ainda hoje incômoda aos detentores do Poder (político e econômico) na Região: “Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações [...] Tudo é pobreza, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão” (p. 260).

Antes de Castro, o pensamento generalizado era o de que a fome do sertanejo era fruto de sua inadaptabilidade ao meio, contudo após a publicação de

*Antes de Castro, o pensamento generalizado era o de que a fome do sertanejo era fruto de sua inadaptabilidade ao meio, contudo após a publicação de seus estudos fica evidente o caráter político do fenômeno.*

seus estudos fica evidente o caráter político do fenômeno, pois “Sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome” (p. 260).

As outras regiões do Brasil (Centro-Oeste e Extremo Sul) são por ele consideradas *Áreas de Subnutrição*: “[...] não são áreas de fome, no sentido rigoroso da palavra, mas áreas de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais” (p. 265). Considerando que um estudo detalhado da situação alimentar destas regiões ultrapassaria os objetivos da investigação e, por uma questão de conjunto, realiza apenas uma análise geral de seus aspectos nutricionais.

No último capítulo da obra: *Estudo do conjunto brasileiro* deixa clara a sua opção por uma pesquisa qualitativa ao privilegiar o estudo das condições de vida real das pessoas, não se prendendo à frieza dos dados estatísticos sobre o problema. “Não vamos, para completar o quadro do conjunto brasileiro, enfileirar aqui dados estatísticos comprovantes dessa miséria alimentar” (p. 279).

Reafirma que, apesar do progresso econômico obtido em diversas áreas, a fome no Brasil perdura. O que, para ele, “[...] é conseqüência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos

humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais” (p. 280). Assevera que o Estado não foi apto para mediar os interesses privados e os interesses coletivos. “Ou mesmo pior, entre os interesses nacionais e os dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial” (p. 281).

Recorda que a agricultura no Brasil expandiu-se dirigida em primeiro instante pelos colonizadores europeus e depois pelo grande capital estrangeiro no sentido de produzir para exportação, não sendo adotada “[...] a agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo” (p. 281).

Ressaltando o fato de que cada sistema econômico deve estar intimamente ligado às características das diferentes áreas geoeconômicas, critica a homogeneização promovida pelo capitalismo: “Daí a impossibilidade de importar-se modelos pré-fabricados de desenvolvimento para aplicar-se *in loco* como transposição válida da experiência de outros povos” (p. 290).

Apontando “[...] os pontos fracos de nossa estrutura por onde o problema deve ser atacado”, e, formulando dez conclusões gerais sobre o tema, “conclui” a obra afirmando: “A vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração – como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento” (p. 305).

A obra *Geografia da fome*, assim como seu autor, é revolucionária, pois, pela primeira vez contradiz a tese de que as causas da fome no Brasil (principalmente na região Nordeste) têm origens naturais. O autor descreve a fome política, fruto do subdesenvolvimento econômico, da ação predatória dos colonizadores, do capital internacional, da monocultura, do latifúndio, da ingerência política, ou seja, de uma estrutura civilizatória fundada na exploração do homem e da natureza, ou como diz o autor: “na escravidão do homem e da terra”.

Obra essencial da Ciência Geográfica, o livro demonstra a clara filiação de Josué de Castro à Corrente possibilista, pois nega a passividade determinista dos que consideravam a fome como fenômeno essencialmente natural, e, nesse sentido, eximiam qualquer responsabilidade dos

sistemas econômico e político, de governos e de grupos econômicos sobre o fenômeno e seus reflexos. Fora o fato de a fome, à época da pesquisa (e ainda hoje), ser um tabu, assunto veladamente proibido, sendo muitas vezes negada: “não há fome no Brasil”, diziam uns por preconceitos morais, outros por interesses econômicos.

Programas governamentais como o *Fome Zero* que, apesar de não realizarem um combate profundo aos efeitos da fome, se constituem como marcos iniciais dessa batalha, só são possíveis na atualidade graças às pesquisas e às efetivas ações políticas desenvolvidas no passado por um grande ser humano. É nesse contexto que se tornam imprescindíveis, não só a *Geografia da fome*, mas toda a obra e o exemplo de vida solidária do Professor Josué de Castro.

## REFERÊNCIA:

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983. 361p. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

## Informações bibliográficas:



Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

ABRÃO, Luciano Rogério do Espírito Santo. O ESPECTRO DA FOME: SE METADE DA HUMANIDADE NÃO DORME, É POR MEDO DA OUTRA METADE QUE NÃO COME. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30/junho/2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/12luciano.pdf>>. Acesso em: \_\_.\_\_. 20\_\_.